

Políticas agrícolas e desertificação do País

12-Nov-2007

As políticas do governo têm como objectivo acabar com o que resta da agricultura familiar maioritariamente de subsistência. A desertificação, o cada vez menor número de explorações e áreas cultivadas, o envelhecimento das populações, são grande exemplo das políticas nacionais e comunitárias, que privilegiam os grandes produtores sem ter em conta a especificidade da região. No sector vitivinícola, as ajudas comunitárias neste momento vão no sentido de favorecer o arranque da vinha pelos pequenos produtores a favor dos grandes investimentos.

Esta injustiça na distribuição das ajudas comunitárias, tem de ser travada com uma nova política que não leve mais ao abandono das terras e à desertificação do interior do País, como por exemplo a repartição inadmissível dos subsídios, onde cerca de 90% vão para 10% das explorações.

O interior tem uma grande cultura e saber no domínio dos produtos tradicionais regionais, que têm de ser preservados. Tem produção que pela sua especificidade e alta qualidade, pode assegurar uma presença competitiva no mercado. Por exemplo o azeite, o queijo, o vinho, algumas frutas frescas e frutos secos que tem já hoje criadas as suas denominações de origem, devem ser apoiadas e preservadas, numa perspectiva artesanal e de qualidade. A transformação e comercialização dos produtos agrícolas, a criação de agro-indústrias assim como a certificação e marketing deve ser uma aposta forte para o interior. Reforçar o apoio aos movimentos cooperativos torna-se assim imperativo para que se organizem e estruturam de maneira a cumprirem o seu papel fundamental neste processo.

Manuel Figueiredo